



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - EDIFÍCIO SEDE

Simulado Nacional

Simulado Especial

Simulado INSS

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do INSS;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **14:00 às 17:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-INSS-20-11>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO I - Como uma língua funciona

Helena, que trabalha na área da Engenharia, encantada com Ciências Humanas, nos pede que comentemos como as línguas funcionam. A indagação de nossa leitora nos oferece a oportunidade de dizer algumas coisas de interesse aos demais leitores desta nossa coluna.

Comecemos por lembrar que nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira, já em 1536, afirmava que os homens fazem a língua, e não a língua os homens. Isso nos leva a concluir que uma língua é essencialmente um objeto cultural, conquista da inteligência e labor dos seres humanos. Este passo nos permite lembrar outra lição de Oliveira, que as línguas são o que os homens fazem dela; isto significa, portanto, que as línguas acompanham os acontecimentos históricos, de glória ou de fracasso, por que passam as comunidades que as falam. A língua é patrimônio de cada indivíduo, mas também patrimônio de cada comunidade em que cada um está inserido. Isto significa que todo Indivíduo tem limitado seu poder de criatividade; seu sucesso vai depender da aceitação do grupo a que pertence, porque a língua é também um fato social.

O indivíduo, por maior que seja seu prestígio no grupo, não pode passar a chamar 'cadeira' o objeto que todos conhecem por 'árvore'. Se a moda pega aqui ou acolá, estará logo fadada ao insucesso. A sociedade, por mais uniforme e igualitária que seja, se apresenta diversificada em grupos de indivíduos distinguidos pelo grau de instrução, de poder, de atividade profissional, de ascensão social. Por isso uma língua está sempre passando por mudanças, quase sempre imperceptíveis, mas sempre em mudança dentro daquilo que se chama 'equilíbrio instável', porque tem de garantir um mínimo de comunicação entre os seus usuários, entre todos que integram o coletivo social.

Todas essas variedades são linguisticamente válidas: da variedade oral de um usuário analfabeto à variedade oral e escrita de um usuário escolarizado ou de um literato de renome.

Adquirir uma língua de um grupo social — na dimensão mínima que pode reduzir-se a uma família ou a uma tribo, ou que pode expandir-se na dimensão maior de um país — significa efetivar um conjunto de saberes que ultrapassam os limites daquilo que costumamos chamar 'gramática'. Um excelente linguista falecido há pouco, Eugênio Coseriu, distinguia três planos desses saberes: a) o saber elocucional, que é o saber falar, articulando física e fisiologicamente o aspecto biológico do falar, bem como, num nível superior, operar as regras elementares do pensar,

para falar com congruência; b) o saber idiomático, que é conhecer um idioma particular, usando-o reflexivamente, isto é, um saber fundado e fundamentado, as bases e as regras de sua estruturação e funcionamento; c) o saber expressivo, que é saber estruturar discursos, textos, para atender a situações determinadas. A suficiência manifestada no falar de acordo com esses três saberes é o que chamamos, respectivamente, normal e congruente (saber elocutivo), correto (saber idiomático) e adequado (saber expressivo).

O maior responsável pelo insucesso ou sucesso parcial no ensino/ aprendizagem de um idioma, especificamente o que tem ocorrido com o português, é não ter sido levada em conta essa dimensão dos saberes linguísticos que limita e circunscreve o mestre de sala de aula a um professor de 'língua', em vez de ser um professor de 'linguagem'.

(Evanildo Bechara. O Dia (RJ), 19/9/2010. Adaptado)

01. Infere-se do texto que, como fato social, a língua não está sujeita a interferências individuais ou a propostas de mudança de grupos isolados.

02. O período "A sociedade, por mais uniforme e igualitária que seja, se apresenta diversificada [...], de ascensão social." (3º parágrafo) opõe-se semanticamente ao período seguinte, estabelecendo uma quebra de expectativa.

03. No trecho "por **que** passam as comunidades que as falam" (2º parágrafo), o vocábulo destacado é um pronome relativo que retoma "acontecimentos históricos".

04. Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, o primeiro período do segundo parágrafo poderia ser assim reescrito: Lembremo-nos que nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira, afirmava, já em 1536, que são os homens que fazem a língua, e não o contrário.

05. A expressão **ao insucesso** em "estará logo fadada ao insucesso" (3º parágrafo) poderia ser corretamente substituída sem qualquer prejuízo gramatical por: **a queda**.

06. A correção gramatical do texto seria mantida, mas seu sentido seria alterado, caso o trecho “que pode reduzir-se a uma família ou a uma tribo” (5º parágrafo) fosse isolado por vírgula.

07. No terceiro período do segundo parágrafo, a vírgula empregada após “cultural” poderia ser substituída por dois-pontos sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais do texto.

08. O vocábulo "congruência" (5º parágrafo) poderia ser substituída sem alteração do sentido original do texto por **coerência**.

09. No primeiro período do quinto parágrafo, o sujeito da forma "significa" é classificado como oracional, por ser constituído pelo verbo "efetivar".

TEXTO II - ‘Você deságua em mim, e eu, oceano’

Sempre ouço música com o encarte do disco nas mãos. Quero saber de quem é o arranjo, quem toca e quem compõe. As letras merecem atenção especial. Nada de preocupação com “erros” de português. Quero captar a mensagem, alcançar a beleza da tessitura do texto.

E o “grande público”? Será que dá importância às letras? Será que presta atenção ao enredo, à tessitura, à construção das orações e dos períodos, ao sentido das letras? Sei não... O pior é que nem mesmo grandes cantores escapam da demonstração de desprezo pelo texto.

Quer exemplos, caro leitor? Vamos lá. Em sua genial “Oriente”, de 1972, Gilberto Gil escreveu: “Se oriente, rapaz, (...) pela constatação de que a aranha vive do que tece”. No ano seguinte, uma das nossas maiores cantoras gravou a canção, desta forma: “Se oriente, rapaz, (...) pela constatação de que a aranha duvido que tece”. Isso faz sentido?

Djavan compôs algumas maravilhas, entre as quais “Oceano”, em cuja letra se encontra esta passagem: “Amar é um deserto e seus temores”. Dia desses, um amigo me mostrou alguma coisa da internet em que as pessoas dizem

como cantam certas canções, como entendem as letras. Na compreensão de muitas dessas pessoas, esse trecho de “Oceano” virou isto: “Amarelo é o deserto e seus temores”.

Ainda nessa letra, há uma passagem que diz isto: “Você deságua em mim, e eu, oceano, esqueço que amar é quase uma dor”. Nem vou dizer como muita gente entende esses versos. A questão é simples: assim como o rio deságua no mar, você (ser amado) deságua em mim, portanto eu sou oceano, ou seja, o receptor da água desse rio que você é. E isso tudo me faz esquecer que amar é quase uma dor.

(Pasquale Cipro Neto, www.folha.uol.com.br, 21.05.2015. Adaptado)

10. Os exemplos utilizados pelo autor no 3º parágrafo vão de encontro à tese defendida no parágrafo anterior.

11. Infere-se do texto que, em uma tentativa de correção gramatical, o grande público altera a composição original das músicas.

12. O vocábulo destacado em "portanto eu sou oceano" (último parágrafo) pode ser corretamente substituído por **porquanto**, sem prejuízo do sentido original do texto.

Em relação aos aspectos gerais dos expedientes oficiais, assinale a alternativa correta.

13. A concisão é um atributo das comunicações oficiais que diz respeito ao mínimo de informações que deverão estar contidas nos expedientes, a fim de evitar textos excessivamente longos.

14. O emprego de advérbios que retirem a rigidez dos expedientes, como "encarecidamente", deve ser estimulado, pois a cordialidade é um atributo importante para uma boa comunicação.

15. As comunicações administrativas devem atender a um nível de formalidade e adotar um padrão oficial de linguagem.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

16. De uma pequeníssima amostra de 120 alunos do Estratégia Concursos, verificou-se que 60 farão prova para AFRFB, 40, para ISS SP e 40, para outros concursos. Verificou-se, também, que alguns farão concurso para AFRFB e para a ISS SP.

Diante do exposto, julgue o item seguinte:

A quantidade de alunos que fará os dois concursos citados é superior a 20.

O dono de uma sorveteria quis saber a preferência de seus clientes sobre três sabores: morango, pistache e framboesa. Para isso, elaborou uma ficha em que cada cliente marcaria com um X quais sabores eram de sua preferência, podendo marcar quantos sabores quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 clientes marcaram os três sabores, 50 marcaram os sabores morango e pistache, 48 marcaram pistache e framboesa, 52 marcaram morango e framboesa, 80 marcaram framboesa, 78 marcaram morango e 82 marcaram pistache.

Diante do exposto, julgue os itens seguintes.

17. Se todos os clientes marcaram pelo menos um sabor e preencheram somente uma ficha cada, então o total de clientes consultados é superior a 120

18. A quantidade de clientes que gostam somente um dos sabores superior a 20

19. Considere o seguinte argumento lógico:
*P1: ou João é ateu ou Carla não é evangélica;
P2: João irá ao Rio de Janeiro se e somente se Carla também for;
P3: Carla é evangélica se e somente se for à igreja aos domingos;
P4: ou Carla vai à igreja aos domingos ou irá ao Rio de Janeiro
P5: Carla não vai à igreja aos domingos*

Diante do exposto, julgue o item seguinte:

O argumento composto pelas premissas P1, P2, P3, P4 e P5 e pela conclusão "Nem João é ateu, nem Carla é evangélica" é válido.

Um HORTIFRUTTI vende tomates de dois tamanhos: pequenos e grandes. Esses tomates podem ser verdes ou vermelhos. No estoque do HORTIFRUTTI, há 155 tomates, dos quais 82 são vermelhos e 85 são pequenos.

Julgue o item seguinte:

20. Sabendo que 33 dos tomates em estoque são pequenos e vermelhos, a porcentagem dos tomates grandes que são verdes é inferior a 35%

Carlinha tem alguns cartões e disse a seu pai: “cada um dos meus cartões tem uma letra em uma das faces e um número em outra”. Carlinha complementou: “se na face de um cartão tem uma vogal, então no verso há um número ímpar”.

Em seguida, Carlinha mostrou frente e verso de três cartões.

	Primeiro cartão	Segundo cartão	Terceiro cartão
Frente	C	B	A
Verso	2	3	5

Julgue o item seguinte:

21. O único cartão que contradiz a afirmação de Carlinha é o segundo cartão.

22. A negação da proposição P: Em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, é a proposição Q: houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passeou de moto.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Thállius Moraes

Considerando as disposições do Decreto 1.171/94 trata do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e do Decreto 6.029/07, que trata do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, analise as próximas assertivas.

23. O Código de Ética estabelecido pelo Decreto 1.171/94 é aplicável aos órgãos do Poder Executivo da União, não alcançando o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e os entes da Administração Indireta Federal.

24. O servidor não pode omitir a verdade, exceto nas hipóteses em que ela se demonstrar contrária aos interesses da Administração Pública, caso em que a publicidade do ato estará restrita.

25. O servidor não pode, ainda que em espírito de solidariedade com os colegas de trabalho, ser conivente com erro ou infração ao Código de Ética, mesmo que tal erro seja passível de reparação.

26. A Comissão de Ética Pública será composta por sete brasileiros que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, designados pelo Presidente da República, para mandatos de três anos, não coincidentes, permitida uma única recondução.

27. Qualquer investigado possui o direito de saber o que lhe está sendo imputado, de conhecer o teor da acusação e de ter vista dos autos, no recinto das Comissões de Ética, mesmo que ainda não tenha sido notificado da existência do procedimento investigatório.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

João é servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, e pretende se candidatar para cargo eletivo. Buscando se tornar conhecido pelos eleitores, João determinou a veiculação de seu nome nas publicidades oficiais do órgão em que atua, promovendo inequívoco enaltecimento de sua pessoa e personalização de atos e de obras públicas. Após denúncia anônima, o fato se tornou conhecido por Maria, chefe de João, que determinou a instauração de procedimento para apuração.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

- 28.** A conduta de João ofende o princípio da publicidade, uma vez que a Constituição Federal determina que a publicidade oficial dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- 29.** Para concorrer ao mandato eletivo, João poderá gozar de licença para atividade política, que será remunerada a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- 30.** Se fosse o caso de punir João, Maria exerceria o poder de polícia.
- 31.** Caso a decisão sobre o processo disciplinar coubesse a distintos setores do órgão em que João atua, o ato punitivo poderia ser adotado mediante decisão coordenada.
- 32.** A conduta de João constitui ato de improbidade administrativa, cabendo a aplicação, dentre outras, da pena de perda da função pública e de multa de até vinte e quatro vezes a remuneração do agente.

33. Não seria possível punir João pela conduta em ação de improbidade e em processo administrativo disciplinar, uma vez que a Constituição Federal veda a dupla sanção pelo mesmo fato.

Acerca da organização administrativa e das fontes do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

34. A jurisprudência, que corresponde ao conjunto de decisões proferidas pelos tribunais, em relação à determinada matéria e com o mesmo teor, constitui, em regra, fonte secundária do direito administrativo.

35. As sociedades de economia mista devem ser necessariamente constituídas sob a forma de sociedade anônima, enquanto as empresas públicas possuem maior liberdade, podendo constituir-se sob qualquer forma societária admitida em direito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da acumulação remunerada de cargos públicos, conforme redação da Constituição Federal e entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise os itens abaixo.

36. A proibição de acumulação de cargos, funções e empregos públicos não se aplica às entidades da Administração Indireta.

37. De acordo com posicionamento do Supremo Tribunal Federal, não é possível a acumulação de proventos de aposentadoria e vencimentos de um cargo da ativa, mesmo que se trate de cargos ou empregos acumuláveis na atividade.

Sobre o direito à sindicalização, julgue o item abaixo.

38. A criação de sindicato não depende de autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente. Entretanto, a Constituição Federal proíbe a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que não pode ser inferior à área de um Município.

João nasceu no Brasil, quando seus pais, bolivianos, estavam no país a serviço de Organização Internacional. Considerando que João, dos três aos 27 anos de idade viveu na Alemanha, tendo retornado ao Brasil somente em 2022, próximo de completar 28 anos, analise os itens abaixo:

39. João, caso tenha praticado tráfico ilícito de substância entorpecentes, na Alemanha, antes de regressar ao Brasil, poderá ser extraditado ao Estado Europeu, não havendo para tal nenhum impedimento constitucional.

40. João, por ser brasileiro nato, caso estivesse filiado a partido político e em dia com os direitos políticos no Brasil, poderia ter concorrido ao cargo de Presidente da República nas eleições de 2022.

41. João poderá se naturalizar brasileiro após quinze anos ininterruptos de residência no Brasil, desde que não tenha condenação criminal e faça o requerimento de nacionalidade.

A respeito dos direitos políticos, julgue o próximo item.

42. A condenação por improbidade administrativa provoca a suspensão dos direitos políticos.

Sobre o direito de associação, conforme disciplinado na Constituição Federal e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise o próximo item.

43. A impetração de mandado de segurança coletivo por associação em favor de seus associados não depende de autorização.

INFORMÁTICA

Emmanuelle Gouveia

44. A caixa de Saída existente nos servidores de email armazena as mensagens que foram enviadas, mas que ainda não foram lidas pelo destinatário final

45. Na URL

<http://www.estrategiaconcursos.com.br/arquivos/aula02.htm> o trecho “aula02.htm” indica o arquivo que será acessado através desse endereço.

46. Utilizando o Windows, João arrasta um arquivo selecionado que se encontra em um pasta do seu HD interno para uma outra pasta localizada em um pendrive conectado em uma porta USB. Dessa forma, podemos afirmar que o arquivo arrastado por João foi movido do HD para o pen drive.

47. No Word o recurso de Hifenização, que se encontra na guia Layout, possibilita a colocação de hifens e a separação correta de sílabas pelo editor de texto.

48. No Excel, a função =SOMA(B2:B8) permite que seja feita a soma total dos valores numéricos existentes no intervalo de células entre B2 e B8.

49. O backdoor é um ataque muito utilizado nos dias atuais e busca rastrear os pacotes de dados que trafegam na rede, para eventualmente roubar informações importantes detectadas.

50. Os dispositivos SDD geralmente são utilizados para armazenamento permanente dos dados e apresentam velocidade de acesso maiores do que dos discos magnéticos e capacidade de armazenamento geralmente menores.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Adriana Menezes

51. Para fins de concessão de benefícios assistenciais e previdenciários, é exigido dos interessados, determinado número mínimo de contribuições mensais.

52. O princípio da precedência do custeio ou da contrapartida preceitua que os benefícios e serviços da seguridade social somente poderão ser criados, majorados ou estendidos com a correspondente fonte de custeio total, salvo os serviços e as ações públicos de saúde que deverão ser prestados independentemente de contribuição.

53. Considerando as disposições da legislação previdenciária e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item subsequente.

José é aposentado do RPPS da União e síndico do condomínio onde reside, mas não recebe remuneração pelo exercício dessa atividade. Na última assembleia de condomínio, José passou a ter isenção da taxa condominal, em razão do exercício do encargo de síndico.

Nessa situação, pode-se afirmar que José não poderá ser enquadrado como segurado obrigatório do RGPS porque ele exerce a atividade de síndico sem remuneração. E não poderá, também, se filiar como segurado facultativo porque já é segurado de RPPS.

54. Ruan, cidadão uruguai, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro/Brasil, foi contratado em Bogotá pela empresa brasileira Souza & Silva para trabalhar, por tempo indeterminado, em sua filial situada na Colômbia. A maior parte do capital votante dessa filial colombiana é da empresa Souza & Silva, constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no Brasil. Nessa situação, Ruan deverá estar, necessariamente, vinculado ao RGPS como segurado obrigatório.

55. João e Maria são casados há 10 anos. João foi demitido da empresa para a qual trabalhava e começou a prestar serviços a diversas pessoas físicas e jurídicas. Maria foi trabalhar com o marido e teve sua CTPS assinada como empregada. Ela trabalha para o cônjuge, organizando sua agenda e atendendo clientes e recebe 02 salários mínimos mensais.

Nesse caso, pode-se afirmar que o vínculo empregatício mantido entre os cônjuges não impede o reconhecimento da qualidade de segurada de empregada, até mesmo de empregada doméstica.

56. José é irmão de Joaquim e de Natália. José é empregado de uma empresa há 05 anos e sustenta a casa onde mora com os irmãos porque não têm mais os pais que faleceram devido a complicações desencadeadas pelo COVID-19.

José é solteiro, não tem filhos e não pretende se casar. Joaquim tem 14 anos de idade, não tem renda própria e está cursando o ensino médio. Natália tem 23 anos de idade e trabalha como diarista, tendo como renda mensal 01 salário mínimo.

Considerando a legislação previdenciária, julgue o item que se segue.

Joaquim poderá figurar na qualidade de dependente de José juntamente com Natália porque o segurado é quem sustenta as despesas da casa.

57. Para que o companheiro de segurado do mesmo sexo integre o rol de dependentes, de modo que faça jus aos mesmos direitos que os casais heterossexuais no que diz respeito ao recebimento de pensão por morte, é indispensável que se comprove, além da vida em comum, a dependência econômica.

58. Acidente de trânsito sofrido pelo segurado quando do percurso compreendido entre a sua residência e o seu local de trabalho que envolva veículo particular do segurado, é equiparado a acidente de trabalho para efeito de concessão de benefício previdenciário.

59. A concessão do benefício de auxílio-doença, em regra, exige período de carência de doze contribuições mensais. Todavia, a lei prevê casos em que a concessão do referido benefício independe de carência, entre os quais se incluem situações nas quais o segurado venha a ser vítima de cardiopatia grave ou de neoplasia maligna.

60. Maria, empregada de uma sociedade anônima, entrou em gozo de licença-maternidade por 120 dias em razão do nascimento de seu filho. Nesse caso, a empresa deverá lhe pagar o benefício de salário-maternidade, descontando o valor da contribuição previdenciária. Deverá recolher a contribuição descontada até o dia 20 do mês seguinte ao da competência.

61. Clara, empregada doméstica há 03 meses, adotou Lucas de apenas 01 mês de idade.

Pode-se afirmar que Clara terá direito de receber, diretamente do INSS, o benefício de salário-maternidade, apesar de contar apenas com 03 contribuições no RGPS.

62. José é professor da rede privada de ensino. Ministra aulas de matemática para o ensino médio e superior. Para que José tenha direito à aposentadoria programada, garantida pela legislação previdenciária, é necessário que ele comprove, 25 anos de contribuição no exercício efetivo do magistério, 60 anos de idade e cumpra a carência mínima de 180 contribuições mensais.

63. A Constituição Federal veda a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar ou cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

64. José contribui há 10 anos para o RGPS e mantém união estável com Maria há 05 anos.

Na festa de aniversário de 45 anos de Maria, José sofreu um mal súbito e veio a óbito.

Considerando a situação hipotética apresentada e o que reza a legislação previdenciária sobre os benefícios dos dependentes do RGPS, pode-se afirmar que Maria tem direito à pensão por morte de José pelo período de 20 anos.

65. Bárbara Bela, é empregada da Caixa Econômica Federal, e após nela trabalhar por 35 anos ininterruptos e completar 62 anos de idade, requereu a sua aposentadoria programada em 30/10/2022.

Ao ser concedida a aposentadoria para a empregada pública, Bárbara Bela poderá, se desejar, continuar trabalhando na empresa porque a aposentadoria, no caso apresentado, não gera a extinção do contrato de trabalho.

66. Para o segurado filiado à Previdência Social até julho de 1994, no cálculo do salário de benefício das aposentadorias garantidas pelo RGPS, o divisor considerado no cálculo da média dos salários de contribuição não poderá ser inferior a 108 (cento e oito) meses.

67. Com a Emenda Constitucional n. 103/2019, a aposentadoria especial passou a exigir, além de tempo de contribuição sob efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, idade mínima do segurado. No entanto, a renda mensal inicial dessa aposentadoria continuou a ser equivalente a 100% do salário de benefício, por se tratar de uma aposentadoria que exige idade menor do que a exigida na aposentadoria programada.

68. Nos termos do que dispõe a Constituição Federal de 1988, a contagem recíproca de tempo de contribuição prescinde de compensação financeira entre os regimes de previdência.

69. Antônio, segurado da previdência social há 06 meses, sofreu um grave acidente na piscina de sua casa e ficou tetraplégico, incapacitado para o trabalho e insuscetível de recuperação, no momento.

Requerido o benefício de aposentadoria por incapacidade permanente ao INSS, passou pela análise da Perícia Médica Federal, que não o considerou incapacitado permanente para o trabalho.

Com base no laudo conclusivo do perito médico, o INSS indeferiu o benefício e comunicou o segurado da decisão.

Nesse caso, Antônio poderá interpor recurso da decisão do INSS diretamente ao Conselho de Recursos da Previdência Social que emitirá notificação eletrônica automática para a autarquia previdenciária reanalisar, no prazo máximo de 30 dias, a decisão administrativa, na forma disciplinada por ato conjunto do Ministério do Trabalho e Previdência.

70. O segurado facultativo que auferir renda própria poderá recolher contribuição previdenciária, aplicando-se 5% sobre 01 salário mínimo, se se dedicar exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência.

71. A Constituição Federal de 1988, veda a incidência de contribuição social sobre proventos de aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.

72. José recebeu da empresa em que trabalha o valor de R\$ 3.000,00, sendo que parte desse montante era relativo ao pagamento de vale-transporte e horas extras.

Considerando o que dispõe a legislação acerca do financiamento da seguridade social, pode-se afirmar que as parcelas de vale-transporte e horas extras não sofrem a incidência de contribuição previdenciária porque foram consideradas parcelas de natureza indenizatória.

73. O segurado que, no somatório de remunerações auferidas no período de um mês, receber remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição poderá solicitar o ajuste das competências pertencentes ao mesmo ano civil, na forma por ele indicada, ou autorizar que os ajustes sejam feitos automaticamente, para que o limite mínimo mensal do salário de contribuição seja alcançado, por meio da opção por complementar a sua contribuição, observado que o recolhimento da complementação deverá ser efetuado pelo próprio segurado até o dia 20 do mês seguinte ao da competência de referência e, após essa data, com incidência dos acréscimos legais.

74. José é microempreendedor individual e optou pelo regime de inclusão previdenciária. Tem um empregado, Jairo que recebe mensalmente 01 salário mínimo.

Considerando a legislação previdenciária acerca das contribuições dos segurados, pode-se afirmar que José terá que descontar da remuneração de Jairo a contribuição previdenciária, aplicando-se a alíquota de 7,5%.

75. Não integra o salário de contribuição as importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, e diárias para viagem.

76. A pensão especial do ex-combatente é devida a quem tenha participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315/1967, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvado o direito de opção.

77. Por ser a pensão especial à vítima da Síndrome da Talidomida devida a pessoas que possuem deformidade física em razão do uso da Talidomida pela mãe gestante, pode-se afirmar que ela não poderá ser recebida conjuntamente com o benefício assistencial concedido à pessoa com deficiência – BPC-LOAS.

78. O beneficiário da pensão para as vítimas da Talidomida, maior de 35 anos, que necessite de assistência permanente de outra pessoa e que tenha recebido pontuação, quanto à natureza e grau de dependência relativo a incapacidade para o trabalho, para a deambulação, para a higiene pessoal e para a própria alimentação, superior ou igual a seis, fará jus a um adicional de 35% sobre o valor deste benefício.

79. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo e de servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

80. Com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, o(a) servidor(a) abrangido(a) por regime próprio de previdência será aposentado(a) por incapacidade para o trabalho, no cargo em que estiver investido(a), quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade da incapacidade após cinco anos da data de concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

81. Quando o regime próprio de previdência social apresentar deficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere 01 salário mínimo.

82. A Constituição Federal de 1988 admite expressamente a progressividade das alíquotas da contribuição previdenciária do regime próprio de previdência social dos servidores públicos.

83. O servidor público federal que ocupa cargo efetivo poderá se aposentar voluntariamente aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos de idade, se mulher, após completar 25 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 05 anos no cargo em que for concedida a aposentadoria.

84. São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício assistencial de prestação continuada – BPC-LOAS, as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único.

Mas, o benefício de prestação continuada da assistência social não poderá ser concedido a mais de um membro da mesma família nem poderá ser recebido conjuntamente com pensão por morte.

85. Sr. José tem 66 anos, é viúvo e não tem filhos. Sr. José trabalhou uma vida inteira fazendo ‘bicos’ e contribuiu para a previdência social apenas por 01 ano. Apresentou junto ao INSS requerimento do benefício assistencial BPC-LOAS o qual foi indeferido sob a alegação de que ele reside num abrigo para idosos e, portanto, não necessita de recursos para a sua manutenção.

Pode-se afirmar que a decisão proferida pelo INSS está correta, vez que a Constituição Federal garante benefício assistencial no valor de 01 salário mínimo ao idoso que não tem condições de prover a sua manutenção ou de tê-la provida por sua família e, no caso, Sr. José já está sendo amparado pelo abrigo de idosos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

86. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, dentre outras, por meio das contribuições sociais das empresas incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, desde que com vínculo empregatício.

87. Marden José, Técnico do Seguro Social, é participante de Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos da União. Caso não exerça qualquer outra atividade, Marden José não poderá participar do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, salvo na qualidade de segurado facultativo.

88. Nos termos da CF/88, lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, cuja aposentadoria terá o valor de 1 salário-mínimo, exceto aqueles que se encontrem em situação de informalidade, pois, neste caso, não serão alcançados pela proteção previdenciária.

89. Eduardo Tunha, 19 anos, pessoa absolutamente incapaz, foi condenado criminalmente, por sentença transitada em julgado, como partícipe de tentativa de homicídio doloso cometido contra seu pai Omar Aniz. Nesse caso, Eduardo Tunha será excluído definitivamente do rol de dependente de seu pai, não podendo receber pensão por morte ou auxílio-reclusão deixado por Omar Aniz.

90. Adriana Figueiredo, cônjuge de Brunno Lima, perderá a qualidade de dependente em caso de separação de fato, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos devida por Brunno.

91. Edenildo Cavalcanti foi segurado empregado do RGPS por 14 meses, tendo perdido sua qualidade de segurado após ficar desempregado e findado seu período de graça. Para que sejam computadas contribuições anteriores à perda da sua qualidade de segurado e consequente lhe seja garantido o direito à concessão do benefício de auxílio-reclusão a seus dependentes, Edenildo deverá contar, a partir da nova filiação ao RGPS, com pelo menos 10 contribuições mensais.

92. Gleisi Fachin, grávida de 22 semanas, filiada ao RGPS na qualidade de empregada doméstica, consultou um advogado para obter informações acerca de seus direitos sobre o recebimento do salário-maternidade, tendo sido informada que seu benefício somente seria concedido se comprovado cumprimento de carência de 10 contribuições mensais. Diante de tal fato, podemos afirmar que Gleisi foi orientada incorretamente por seu advogado.

93. Herbert Almeida é segurado empregado filiado ao Regime Geral de Previdência Social e ficou temporariamente incapacitado para o trabalho que exercia, após sofrer uma queda em sua aula de balé, passando a receber auxílio por incapacidade temporária a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade. No cálculo do valor da renda mensal de seu benefício deverão ser computados apenas os salários de contribuição referentes aos meses de contribuições efetivamente recolhidas, considerando-se tão somente as competências cujo salário de contribuição seja igual ou superior ao limite mínimo mensal.

94. Tite, segurado obrigatório do RGPS, padrinho de Daniel Alves, foi acometido de doença profissional, tendo sido considerado incapaz para o trabalho e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Nesse caso, Tite terá direito a receber aposentadoria por incapacidade permanente, independentemente do cumprimento de carência, cuja renda mensal inicial será de sessenta por cento incidente sobre seu salário de benefício, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de vinte anos de contribuição.

95. Gilmar Mentes, contribuinte individual filiado ao RGPS, foi aposentado por incapacidade permanente após ter sido considerado incapaz para o trabalho e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Caso Gilmar Mentes se recupere parcialmente após 3 anos contados da data de início da aposentadoria por incapacidade permanente ou do auxílio por incapacidade temporária que a antecedeu sem interrupção, seu benefício cessará após 3 meses da recuperação parcial.

96. Naruto Uzumaki, brasileiro, 65 anos de idade, é segurado empregado filiado ao Regime Geral de Previdência Social, possuindo 22 anos de contribuição para tal regime previdenciário. Naruto desligou-se do emprego em 15/08/2022 e requereu sua aposentadoria programada em 10/11/2022. Diante da situação apresentada, podemos afirmar que sua aposentadoria programada de Naruto será devida a partir de 15/08/2022.

97. Albert Einstein é professor do Estratégia Concursos (curso preparatório que mais aprova candidatos em concurso público no Brasil) desde 15/08/2020, sendo filiado ao RGPS na qualidade de contribuinte individual. Antes de ingressar no quadro de professores do Estratégia Concursos, Albert Einstein possuía, exclusivamente, vinte e dois anos de contribuição em efetivo exercício na função de magistério no ensino médio e outros dois anos em atividade de assessoramento pedagógico em estabelecimento de ensino de educação básica. No dia 17/11/2022, Einstein completou 60 anos de idade e solicitou sua aposentadoria programada de professor junto ao INSS. Diante da situação apresentada, podemos afirmar que Einstein, ainda que cumprido o período de carência exigido, terá seu pedido indeferido pela autarquia previdenciária.

98. Lucilene Oliveira completou 60 anos de idade no dia 15/08/2022, e presta serviço de natureza rural a empresa, em caráter não eventual, sob subordinação e mediante remuneração há 19 anos. Nesse caso, Lucilene Oliveira terá direito à aposentadoria por idade do trabalhador rural, cujo valor da renda mensal inicial corresponderá a sessenta por cento do salário de benefício, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de quinze anos de contribuição, totalizando 68% do salário de benefício calculado.

99. Taís Condida, 58 anos de idade, é cooperada de cooperativa de trabalho e comprovou, nos termos da legislação, exercício de atividade com efetiva exposição a agentes químicos prejudiciais à saúde, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, durante vinte e cinco anos. Mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade dos agentes químicos não fora eliminada, tampouco neutralizada. Diante da situação hipotética apresentada, uma vez cumprido o período de carência exigido, Taís Condida terá direito a aposentadoria especial.

100. Inês Kescível, 55 anos de idade, trabalhadora avulsa filiada ao RGPS, após ter sido submetida a avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, teve reconhecido seu grau de deficiência moderada, comprovando a condição de pessoa com deficiência na data da entrada do requerimento de sua aposentadoria. Diante a situação apresentada, Inês Kescível terá direito à aposentadoria por idade da pessoa com deficiência, desde que cumprida a carência e desde que conte com, no mínimo, quinze anos de tempo de contribuição, cumpridos na condição de pessoa com deficiência.

101. Julius, brasileiro naturalizado, casado com Rochelle, tem dois empregos, ambos abrangidos pelo Regime Geral de Previdência Social. Caso Julius fique incapacitado para o exercício de apenas uma de suas atividades, o auxílio por incapacidade temporária será concedido apenas em relação à atividade para a qual Julius estiver incapacitado, cujo valor não poderá ser inferior ao salário-mínimo, sendo consideradas para fins de carência somente as contribuições relativas a essa atividade.

102. Silas Cando exerce mais de uma atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social. Caso Silas seja considerado definitivamente incapacitado para uma de suas atividades, o auxílio por incapacidade temporária deverá ser mantido indefinidamente, sendo vedada a concessão de aposentadoria por incapacidade permanente enquanto a incapacidade não se estender às demais atividades.

103. Givaldo Alves, ex-morador de rua, foi contratado como empregado por uma empresa multinacional, recebendo um salário-mínimo por mês. Givaldo tem sob sua dependência 8 filhos menores de quatorze anos, 3 filhos inválidos, um menor tutelado e um enteado. Diante da situação apresentada, Givaldo terá direito a cotas de salário-família que serão devidas a partir da data de apresentação da certidão de nascimento dos filhos e da documentação relativa ao enteado e ao menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica dos dois últimos, ficando condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória dos referidos dependentes, a partir de seis anos de idade, e de comprovação semestral de frequência à escola dos referidos dependentes, a partir de quatro anos de idade.

104. Dita Rousseff é segurada obrigatória filiada ao RGPS, casada com Felipe Luccas, segurado facultativo filiado ao mesmo regime previdenciário. Dita Rousseff estava recebendo há 20 dias seu salário-maternidade, quando sofreu um acidente fatal enquanto fazia experiências para estocar vento. Diante da situação apresentada, o benefício será reiniciado e pago, por todo o período, a Felipe Luccas, exceto no caso de óbito do filho ou de seu abandono.

105. Mazzaropi é segurado facultativo filiado ao RGPS e estava recebendo auxílio por incapacidade temporária há 18 meses, em razão de acidente sofrido. Após a consolidação das lesões, resultou sequela definitiva que implicou redução da capacidade para suas atividades habituais. Nesse caso, Mazzaropi fará jus a auxílio-acidente mensal correspondente a cinquenta por cento do salário-de-benefício que deu origem ao seu auxílio por incapacidade temporária, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio-acidente, sendo devido até a véspera de início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.

106. Omar Telo, segurado obrigatório do RGPS, faleceu deixando como dependentes sua esposa Camila Pitaia, com 46 anos de idade, e seu filho Igor Dinho, com 15 anos de idade. Camila e Igor solicitaram a pensão por morte 90 dias após o óbito do segurado. Diante dessa situação, a pensão por morte para ambos será devida desde a data do óbito.

107. Sheldon Cooper, brasileiro, 41 anos, é físico teórico sênior, casado com Amy Farrah, 65 anos, aposentada pelo RGPS, após cumprir, oportunamente os requisitos de tempo de contribuição. Com o falecimento de sua cônjuge Amy, Sheldon, único dependente de Amy, terá direito a pensão por morte, cujo valor consiste em renda mensal equivalente a uma cota familiar de cinquenta por cento do valor da aposentadoria a que Amy teria direito se fosse aposentada por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de uma cota de dez pontos percentuais, totalizando 60% sobre a base da cálculo mencionada.

108. Edson Arantes, segurado obrigatório filiado ao RGPS, era separado judicialmente de Maria Meneghel e pagava uma pensão alimentícia de R\$ 1.500,00 a Maria, sua ex-esposa. Edson morava com seus pais idosos, ambos com 96 anos de idade, e dois irmãos, sendo um dos irmãos inválido e o outro deficiente mental. Os pais e irmãos de Edson dependiam economicamente dele. Após a morte de Edson, o INSS calculou a renda mensal inicial da pensão por morte em R\$ 5.000,00. Diante do exposto, podemos afirmar que o benefício previdenciário em questão será pago integralmente à Maria e nada será devido aos pais e irmãos de Edson.

109. Silvio Santos, 46 anos, aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, vivia em união estável com Ana Maria Brega há 18 meses. Após o falecimento de Ana Brega, segurada facultativa do RGPS há 2 anos, decorrente de um erro médico durante uma cirurgia estética, Silvio Santos terá direito a receber pensão por morte deixada por Ana Braga por prazo vitalício.

110. Iran Ferreira, conhecido como Luva de Padeiro, é segurado de baixa renda e foi recolhido à prisão em regime fechado. Iran não recebia remuneração da empresa nem estava em gozo de qualquer benefício previdenciário. Após 13 meses de prisão, Iran fugiu e permaneceu foragido por 4 anos, até ser recapturado. Nesse período, Iran não realizou qualquer atividade profissional, nem esteve vinculado a qualquer regime previdenciário. Diante da situação apresentada, o benefício de auxílio-reclusão devido a seus dependentes será suspenso após a fuga e será restabelecido somente a contar da data em que Iran foi recapturado.

111. Beraldo Alckmin é vendedor de picolé e trabalha por conta própria, sendo filiado ao RGPS na qualidade de contribuinte individual. A alíquota de sua contribuição é de vinte por cento aplicada sobre o respectivo salário-de-contribuição, observados os limites mínimo e máximo previstos na legislação, devendo ser recolhida até o dia quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia quinze, facultada a opção pelo recolhimento trimestral. Contudo, se desejar, Beraldo poderá optar pelo plano simplificado de inclusão previdenciária, passando a recolher onze por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

112. Thállius trabalha como jardineiro na mansão de Roserval, prestando serviços de forma subordinada, onerosa e pessoal à família de Roserval, em atividades sem fins lucrativos, durante dois dias por semana. Diante da situação exposta, a contribuição previdenciária de Roserval, na qualidade de empregador doméstico, incidente sobre o salário de contribuição de Thállius, será de oito por cento de contribuição patronal, acrescida de oito décimos por cento de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho, totalizando 8.8% sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

113. Carla Trambiquelli é vendedora em uma grande empresa que comercializa armas de fogo. A título de incentivo, essa empresa oferece, exclusivamente aos empregados do setor de vendas, um plano de previdência privada. Outrossim, a empresa também paga, mensalmente, a todos os funcionários da empresa, um valor referente à participação nos resultados. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos, pela empresa, a título de contribuição para a previdência privada a Carla, bem como sobre o valor recebido a título de participação nos resultados.

114. Raul Seixas, no somatório de remunerações auferidas no período de um mês, recebeu R\$ 1.000,00. Nesse caso, Raul poderá solicitar o ajuste das competências pertencentes ao mesmo ano civil, para que o limite mínimo mensal do salário de contribuição seja alcançado, por meio da opção por complementar a sua contribuição, utilizar o valor da contribuição que excede o limite mínimo de uma competência em outra ou agrupar contribuições inferiores ao limite mínimo de diferentes competências, para aproveitamento em contribuições mínimas mensais. Tais ajustes deverão ser efetivados dentro de 5 anos do recolhimento da contribuição a ser ajustada, por iniciativa do segurado, hipótese em que se tornarão irreversíveis e irrenunciáveis após processados.

115. Nos termos da Lei 8.742/93, correspondem a um princípio, uma diretriz e um objetivo da assistência social, respectivamente: I) universalização dos direitos sociais; II) descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; III) amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

116. A proteção social especial será ofertada precipuamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), que é a unidade pública de abrangência e gestão exclusivamente municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

117. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.

118. Aristóteles, brasileiro, possui deficiência leve e recebe o benefício de prestação continuada da assistência social (BPC/LOAS) há 6 meses, tendo sido contratado por uma empresa multinacional para trabalhar como segurado empregado, recebendo R\$ 2.400,00 por mês. Caso Aristóteles tenha inscrição atualizada no CadÚnico, inscrição regular no CPF e atenda aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada, terá direito à concessão do auxílio-inclusão, devido a partir da data do requerimento, não podendo ser acumulado com aposentadoria, pensões ou benefícios por incapacidade pagos por qualquer regime de previdência social.

119. Thomas Jorgensen trabalhou como seringueiro na região amazônica atendendo ao apelo do governo brasileiro, contribuindo para o esforço de guerra na produção da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial. Diante da situação apresentada, Thomas fará jus à pensão mensal vitalícia do seringueiro, desde que comprove não auferir rendimento, sob qualquer forma, igual ou superior a dois salários-mínimos, permitida a acumulação da pensão mensal vitalícia com qualquer outro benefício de prestação continuada mantido pelo RGPS ou RPPS, e continuará sendo paga ao dependente do beneficiário, por morte deste último, no valor integral do benefício recebido, desde que comprove o estado de carência.

120. É assegurado o direito à pensão especial mensal e vitalícia, destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da LOAS, no valor de um salário-mínimo, não podendo ser acumulada com indenizações pagas pela União em razão de decisão judicial sobre os mesmos fatos ou com o BPC/LOAS, e continuará sendo paga ao dependente do beneficiário, por morte deste último.

Preencha o gabarito

[**https://bit.ly/Simulado-INSS-20-11**](https://bit.ly/Simulado-INSS-20-11)

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

[**https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas**](https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas)

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

[**https://bit.ly/Sistemas-de-Questões**](https://bit.ly/Sistemas-de-Questões)